



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 47, 8 DE OUTUBRO DE 2025  
Sessão Pública da Câmara de Educação Básica

1 Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e dez  
2 minutos, nas dependências da Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj, situada na Avenida  
3 Dezanove de Agosto, número 2187, bairro Casa Forte, na cidade do Recife, Estado de  
4 Pernambuco, ocorreu a Sessão Pública Itinerante da Câmara de Educação Básica do  
5 Conselho Nacional de Educação – CNE, com a presença dos(as) Conselheiros(as):  
6 Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Gastão Dias Vieira, Heleno  
7 Manoel Gomes de Araújo Filho, Leila Soares de Souza Perussolo, Márcia Teixeira  
8 Sebastiani, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva e Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa.  
9 Participaram de forma virtual, pela plataforma *Teams*, os Conselheiros Israel Matos  
10 Batista e Ilona Maria Lustosa Becskehazy Ferrão de Sousa. O Conselheiro Heleno  
11 Manoel Gomes de Araújo Filho abriu a sessão saudando os convidados: Alexsandro do  
12 Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, da  
13 Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – DPDI/SEB/MEC; Jesanias  
14 Rodrigues de Lima, Secretário de Educação de Itapissuma/PE e Cecilia Cortez da Cunha  
15 Cruz, Secretária de Educação do Recife/PE e, ainda com a palavra, destacou as conquistas  
16 recentes, como a decisão judicial favorável à criação do curso de Medicina da  
17 Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e alertou para ameaças de retrocessos  
18 legislativos, como o Projeto de Decreto Legislativo – PDL nº 3, apresentado em dois de  
19 fevereiro de dois mil e vinte e cinco, que busca sustar os efeitos da Resolução nº 258, de  
20 vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, do Conselho Nacional dos Direitos  
21 da Criança e do Adolescente (Conanda), que dispõe sobre o atendimento de crianças e  
22 adolescentes vítimas de violência sexual e a garantia dos seus direitos, além da  
23 possibilidade de aprovação do projeto que legaliza a educação domiciliar. Enfatizou a  
24 importância de manter a mobilização em defesa dos direitos das crianças e adolescentes.  
25 O senhor Alexsandro do Nascimento Santos apresentou o Programa Escolas em Tempo  
26 Integral, apontado como uma das prioridades do Ministro da Educação, Excelentíssimo  
27 Senhor Camilo Sobreira de Santana e do Presidente da República, Excelentíssimo Senhor  
28 Luiz Inácio Lula da Silva. O programa, criado com base na meta seis do Plano Nacional  
29 de Educação – PNE, busca alcançar vinte e cinco por cento das matrículas da Educação  
30 Básica em tempo integral até dois mil e vinte e cinco e já ampliou o índice nacional das  
31 ofertas de dezanove por cento para vinte e três por cento. Explicou que a iniciativa se  
32 apoia em dois eixos principais: a ampliação das matrículas, com apoio financeiro do  
33 Ministério da Educação, e a consolidação de uma concepção de Educação integral que  
34 promova o desenvolvimento completo dos estudantes, independentemente da carga  
35 horária escolar. Destacou que o conceito de Educação Integral ultrapassa a simples  
36 ampliação do tempo escolar, envolvendo mudanças profundas no currículo, na formação



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 47, 8 DE OUTUBRO DE 2025  
Sessão Pública da Câmara de Educação Básica

37 docente, na infraestrutura, na avaliação e na relação entre escola e comunidade. Apontou  
38 três pilares centrais: o reconhecimento da integralidade do sujeito, considerando  
39 dimensões cognitivas, emocionais e motoras; a promoção da inclusão e da equidade, por  
40 meio de diferentes formas de aprendizagem; e a revisão das práticas avaliativas, para que  
41 contemplem todas as dimensões do desenvolvimento. Enfatizou, ainda, o desafio  
42 histórico de conciliar expansão e qualidade na Educação brasileira e defendeu que a  
43 ampliação da oferta de tempo integral esteja vinculada ao compromisso com a qualidade  
44 social da Educação. O senhor Jesanias Rodrigues de Lima relatou a experiência do  
45 município Itapissuma/PE que implantou a Educação em tempo integral, no ano de dois  
46 mil e dezesseis, em parceria com o Governo do Estado de Pernambuco. Destacou a  
47 importância da escuta ativa da comunidade escolar e do trabalho colaborativo entre  
48 gestores, professores e famílias. Apresentou o projeto “Semana de Artes”, reconhecido  
49 nacionalmente como experiência inspiradora, e destacou ações de valorização da cultura  
50 local, da educação patrimonial e ambiental. Ressaltou a necessidade de compreender a  
51 escola como parte de uma rede educativa e social e de manter uma relação de confiança  
52 entre professores e gestores para que os desafios sejam enfrentados coletivamente. Na  
53 sequência, a senhora Cecília Cortez da Cunha Cruz apresentou a trajetória e os avanços  
54 da política municipal de Educação integral do Recife/PE, iniciada no ano de dois mil e  
55 quatorze, e reformulada no ano de dois mil e vinte e três, com apoio do CNE. Explicou  
56 que, em dois mil e vinte e um, doze por cento das matrículas dos anos finais eram em  
57 tempo integral, percentual que alcançou cinquenta por cento em dois mil e vinte e cinco,  
58 com meta de atingir setenta por cento até dois mil e vinte e oito. O modelo recifense se  
59 fundamenta em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver  
60 e aprender a ser, incorporando protagonismo juvenil, interdisciplinaridade, projetos de  
61 vida e clubes temáticos definidos pelos próprios estudantes. Relatou que a revisão  
62 curricular e o fortalecimento da formação docente têm contribuído para melhorar os  
63 resultados de aprendizagem e o engajamento estudantil. Mencionou também o conceito  
64 de “complexos educacionais”, que integra a oferta da creche ao nono ano do ensino  
65 fundamental em um mesmo território, fortalecendo vínculos entre escola, comunidade e  
66 famílias. Durante o debate, a Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva  
67 destacou que a Educação Integral não deve ser medida apenas por índices como o Índice  
68 de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, mas entendida como uma política de  
69 formação cidadã e de combate às desigualdades. Defendeu que todas as crianças têm  
70 direito à educação de qualidade social e contestou visões reducionistas que associam o  
71 tempo integral apenas ao reforço escolar. A senhora Marília Cibelli, representante do  
72 Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação de Pernambuco –



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 47, 8 DE OUTUBRO DE 2025  
Sessão Pública da Câmara de Educação Básica

73 Sintepe/PE, enfatizou a importância da valorização dos trabalhadores da Educação, do  
74 tempo para formação e das condições adequadas de trabalho, alertando para o  
75 adoecimento docente e defendendo um currículo diversificado que contemple esportes,  
76 artes e ensino de idiomas. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho  
77 agradeceu as exposições e ressaltou a relevância de fortalecer o diálogo entre o MEC, o  
78 CNE e os sistemas de ensino para garantir a qualidade e a sustentabilidade das políticas  
79 de educação integral, valorizando as experiências locais e ampliando a formação docente.  
80 A Reunião Pública foi encerrada às treze horas, com convite aos conselheiros para  
81 visitarem escolas de tempo integral da rede municipal do Recife/PE. E, para constar, eu,  
82 Luciana Dos Santos Marvulle Bueno, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada  
83 eletronicamente por mim e pelo Presidente da Sessão, Conselheiro Heleno Manoel  
84 Gomes de Araújo Filho. Recife, oito de outubro de dois mil e vinte e cinco.